

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

PROVA DISCURSIVA

CARGO: S04 - ECONOMISTA

PADRÃO DE RESPOSTA

O Governo corresponde a toda a administração pública independentemente de seu nível de atuação, quer seja: federal, municipal ou estadual. De um ponto de vista microeconômico, o governo é importante, pois sua atuação pode corrigir falhas de mercado. O governo pode também auxiliar na redução de externalidades negativas, na provisão de bens públicos e na regulação de atividades visando evitar abuso de mercado por parte de empresas monopolistas, entre outras ações possíveis.

Os principais instrumentos utilizados pelo governo no seu processo de gestão da economia são: a política fiscal e a política monetária.

A partir da aplicação de política fiscal, o governo consegue influenciar o comportamento da economia com regras para os gastos públicos e a cobrança de impostos. Praticando sua política de gastos, o governo adquire uma série de produtos e serviços para garantir o funcionamento de sua estrutura administrativa, além de contratar obras de infraestrutura. Além de tudo isso, o governo realiza transferência de renda, como o pagamento de aposentados e benefícios sociais, estimulando o consumo das famílias. Para financiar todos esses gastos, o governo cobra impostos dos outros agentes da economia.

Por meio da política monetária, o governo pode atuar por meio do Banco Central, controlando a oferta de moeda, conseqüentemente, a taxa de juros e o grau de liquidez monetária da economia.

Assim, tanto por meio da política fiscal quanto por meio da política monetária, o governo consegue influenciar, em maior ou menor grau, o ritmo da atividade econômica.

Em tese, o orçamento público deveria estabelecer as origens e aplicações de recursos, no que concerne ao financiamento da administração pública. Porém, pode ocorrer que a principal fonte de receita do governo, que se materializa na arrecadação de imposto, não se realize em montante suficiente para cobrir os gastos orçados pelo governo. Quando isso ocorre, o governo lança mão do seu principal instrumento de financiamento que são os “títulos públicos”. Esses títulos são certificados que representam uma promessa de pagamento futuro do governo (o agente emissor) ao comprador do título. Em outras palavras, o comprador do título paga um preço e tem a promessa de receber um valor futuro por parte do emitente do título, que no caso é o governo.

Em linhas gerais, o comprador de um título da dívida pública “empresta” sua poupança ao governo, obtendo a promessa de recebê-la de volta no futuro. Igual a qualquer tipo de empréstimo, naturalmente, esse empréstimo incorrerá em juros. Por fim, vale lembrar que a principal finalidade dos recursos arrecadados pelo governo junto aos compradores dos títulos é captar recursos para financiar os gastos públicos de um modo geral, que não foram cobertos pelo processo natural de geração e arrecadação da receita do governo.

Referências Bibliográficas:

1. Economia Fácil – Editora Saraiva – 1ª Edição – Sandoval de Vasconcelos, MA e Outros.
2. Micro e Macroeconomia – 2ª edição – Montela, Maura – Atlas.
3. Modelos de Análise Macroeconômica – 5ª. Tiragem – Ferreira da Silva, JC – Campus.